

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	242.629
Preferenciais	0
Total	242.629
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	854.479	812.520
1.01	Ativo Circulante	18.155	18.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.895	8.052
1.01.03	Contas a Receber	5.355	6.091
1.01.03.01	Clientes	5.355	5.641
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	450
1.01.03.02.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	450
1.01.04	Estoques	446	888
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.960	1.868
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.960	1.868
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.315	1.507
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	184	252
1.01.08.03	Outros	184	252
1.02	Ativo Não Circulante	836.324	793.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.641	37.954
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.067	8.251
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	9.067	8.251
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.585	12.715
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.585	12.715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.989	16.988
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.989	16.988
1.02.03	Imobilizado	1.476	1.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.476	1.389
1.02.04	Intangível	785.385	747.252
1.02.04.01	Intangíveis	785.385	747.252
1.02.05	Diferido	6.822	7.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	854.479	812.520
2.01	Passivo Circulante	137.491	103.971
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.522	2.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.522	2.943
2.01.02	Fornecedores	12.448	21.226
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.448	21.226
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.251	2.524
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.379	1.428
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.379	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	872	1.096
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.561	34.029
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.051	18.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.051	18.030
2.01.04.02	Debêntures	16.510	15.999
2.01.05	Outras Obrigações	84.709	38.165
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	76.829	31.934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	25.578	15.111
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	51.251	16.823
2.01.05.02	Outros	7.880	6.231
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	6.932	5.730
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	232	224
2.01.05.02.06	Outros	716	277
2.01.06	Provisões	0	5.084
2.01.06.02	Outras Provisões	0	5.084
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	5.084
2.02	Passivo Não Circulante	494.416	480.163
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	283.168	285.711
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	283.359	285.878
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	283.359	285.878
2.02.01.02	Debêntures	-191	-167
2.02.02	Outras Obrigações	171.851	160.075
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	171.851	160.075
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	171.851	160.075
2.02.04	Provisões	39.397	34.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	376	364
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	95	75
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	281	289
2.02.04.02	Outras Provisões	39.021	34.013
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	34.580	34.013
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	4.441	0
2.03	Patrimônio Líquido	222.572	228.386
2.03.01	Capital Social Realizado	247.818	247.818
2.03.04	Reservas de Lucros	254	254
2.03.04.01	Reserva Legal	254	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.500	-19.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.608	55.933
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.684	-48.708
3.03	Resultado Bruto	3.924	7.225
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.053	-2.517
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.053	-2.541
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.821	-2.394
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-232	-147
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	24
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	871	4.708
3.06	Resultado Financeiro	-9.555	-7.959
3.06.01	Receitas Financeiras	2.047	771
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.047	771
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.602	-8.730
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.602	-8.730
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.684	-3.251
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.870	1.004
3.08.02	Diferido	2.870	1.004
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.814	-2.247
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.814	-2.247
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02400	-0,01344
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02400	-0,01344

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.814	-2.247
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.814	-2.247

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.438	4.797
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.863	11.047
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do exercício)	-5.814	-2.247
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.169	4.841
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	0	44
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.870	-1.004
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	5.943	4.437
6.01.01.07	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-239	-44
6.01.01.08	Despesas de juros, liquidas das receitas	4.603	3.360
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	0	390
6.01.01.10	Resultado de reversão de ajuste a valor presente	123	307
6.01.01.11	Reversão de provisão para riscos civeis e trabalhistas	147	-297
6.01.01.12	Provisão para manutenção em rodovia	-199	1.260
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.425	-6.250
6.01.02.01	Contas a receber	286	-4
6.01.02.02	Estoques	442	-479
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-441	195
6.01.02.04	Imposto a recuperar	-50	33
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	450	0
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.001	-26
6.01.02.07	Outras contas a receber	701	-114
6.01.02.08	Fornecedores	-1.408	-2.037
6.01.02.09	Transações com partes relacionadas	256	719
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-421	266
6.01.02.11	Obrigações fiscais	103	259
6.01.02.12	Cauções contratuais	279	-556
6.01.02.13	Despesas pagas sobre empréstimos	-65	0
6.01.02.14	Contas a pagar partes relacionadas	0	52
6.01.02.15	Pagamento riscos civeis e trabalhistas	-135	-41
6.01.02.16	Outros Passivos	0	-100
6.01.02.17	Juros pagos	-5.868	-4.417
6.01.02.18	Outras contas a pagar	439	0
6.01.02.19	Taxa de fiscalização	8	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.126	-28.684
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-241	-155
6.02.02	Adições ao intangível	-41.266	-28.639
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-619	-769
6.02.04	Valor resgatado de aplicações financeiras vinculadas	0	879
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.531	21.328
6.03.01	Captações de Empréstimos	2.563	4.539
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-4.068	-2.545
6.03.03	Aumento de capital	0	20.000
6.03.04	Pagamento de mutuo	0	-666
6.03.05	Captacoes de empréstimos - empresas ligadas	41.000	0
6.03.06	Pagamento de juros - empresas ligadas	-964	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	843	-2.559
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.052	34.882
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.895	32.323

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.818	254	0	-19.686	0	228.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.818	254	0	-19.686	0	228.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.814	0	-5.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.814	0	-5.814
5.07	Saldos Finais	247.818	254	0	-25.500	0	222.572

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	167.818	0	254	-11.536	0	156.536
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	167.818	0	254	-11.536	0	156.536
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.000	0	0	0	0	20.000
5.04.01	Aumentos de Capital	20.000	0	0	0	0	20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.247	0	-2.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.247	0	-2.247
5.07	Saldos Finais	187.818	0	254	-13.783	0	174.289

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	73.058	58.320
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28.283	27.545
7.01.02	Outras Receitas	44.775	30.775
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	44.738	30.765
7.01.02.02	Outras	37	10
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.916	-42.805
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.545	-39.493
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-464	-442
7.02.04	Outros	-1.907	-2.870
7.02.04.04	Custo da concessão	-1.407	-1.353
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	199	-1.260
7.02.04.06	Outros	-699	-257
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.142	15.515
7.04	Retenções	-9.169	-4.841
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.169	-4.841
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.973	10.674
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.096	1.865
7.06.02	Receitas Financeiras	2.047	771
7.06.03	Outros	2.049	1.094
7.06.03.03	Outros	2.049	1.094
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.069	12.539
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.069	12.539
7.08.01	Pessoal	2.855	2.796
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.167	2.138
7.08.01.02	Benefícios	533	499
7.08.01.03	F.G.T.S.	155	159
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	124	1.887
7.08.02.01	Federais	-1.299	509
7.08.02.03	Municipais	1.423	1.378
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.736	5.666
7.08.03.01	Juros	4.610	3.750
7.08.03.02	Aluguéis	348	269
7.08.03.03	Outras	2.778	1.647
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	1.824	1.094
7.08.03.03.02	Outras	954	553
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.814	-2.247
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.814	-2.247
7.08.05	Outros	6.168	4.437
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	5.943	4.437
7.08.05.02	Juros Capitalizados Sobre Mútuos	225	0

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 13 de maio de 2015 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015 (1T15), período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T15 foi de 6.898 mil veículos, 4,8% abaixo do realizado no mesmo período em 2014 (7.245mil). Essa redução se deve principalmente as greves dos caminhoneiros ocorrida em fevereiro de 2015 e da retração econômica do país. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou decréscimo de -8,9%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 2,7% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 27,6 milhões no 1T14 para R\$ 28,3 milhões no 1T15. Na comparação com o 4T14 houve redução de 2,7%. A redução na receita de pedágio é reflexo da redução do tráfego como mencionado anteriormente.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 44,7 milhões, sendo R\$ 13,4 milhões maior que o 1T14. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma que previa maior volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 4T14 houve redução de R\$ 23,5 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 1T15 registraram aumento de R\$ 1,1 milhão se comparados ao 1T14. Esse aumento se deve principalmente ao reajuste contratual do serviço de atendimento pré-hospitalar, serviço de guincho, e de arrecadação, maiores custos com a conservação da faixa de domínio e serviços de conservação de drenagem, maior gasto com combustíveis dos veículos de operação da rodovia. Na comparação com 4T14 houve redução de R\$ 0,8 milhão. Essa redução se deve principalmente a menor necessidade de serviços de conservação de sinalização e faixa de domínio.
- As despesas administrativas no 1T15 apresentaram acréscimo de R\$ 411 mil em relação ao 1T14 devido principalmente ao dissídio salarial maiores despesas com consultoria jurídica, e maiores despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

Comentário do Desempenho



- De acordo com ICPC01 no 1T15 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 44,7 milhões, representando aumento de R\$ 13,8 milhões (45,4%) se comparado com o 1T14. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção reduziu R\$ 1,5 milhões em relação ao 1T14. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão que postergou algumas intervenções resultando na redução e também reversão da provisão de manutenção. Na comparação com o 4T13, registramos redução de R\$ 46 mil representando redução de 18,8%.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T15 em R\$ 10 milhões, 5,1% maior aos R\$ 9,6 milhões registrados no 1T14. A melhora nesse índice foi influenciado principalmente pelo incremento da receita de pedágio e pela redução da provisão de manutenção. Em comparação com o 4T14, o EBITDA do 1T15 cresceu R\$ 434 mil devido principalmente aumento na receita de pedágio, redução nos custos de provisão de manutenção, serviços de conservação da rodovia e despesas operacionais.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T15 R\$ 1,0 milhão menor em relação ao 1T14 refletindo o aumento dos serviços de conservação da rodovia e despesas operacionais. Em relação ao 4T14 registramos acréscimo de R\$ 480 mil do EBITDA ajustado representando aumento de 5,1%. Esse aumento é resultado do aumento da receita e redução de custos operacionais.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T15 o resultado financeiro fechou 20,1%, menor na comparação com o 1T14. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras devido a captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, juros incorridos sobre a primeira emissão de debêntures ocorrida no mês de outubro de 2013 e celebração empréstimos mútuos ocorridas no 1T15. Em comparação com 4T14 o resultado financeiro ficou 41,7% menor.

Prejuízo

- No 1T15 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 5,8 milhões ante prejuízo de R\$ 2,2 milhões no 1T14. O aumento do prejuízo está relacionado com o aumento nos custos com amortizações e despesas financeiras. Em relação ao 4T14 o prejuízo da Empresa foi maior devido a maiores custos com amortização.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T15 com endividamento bruto de terceiros de 318,8 milhões, apresentando um acréscimo de 24,3% se comparado ao 1T14, devido às captações de empréstimos conforme mencionado anteriormente. O endividamento líquido no 1T15 aumentou R\$ 82,8 milhões em relação ao 1T14, essa variação é justificada pelas captações já mencionadas.

Comentário do Desempenho



Investimentos

No 1T14 foram investidos R\$ 41,5 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (iii) Ruas laterais;
- (iv) Correção de traçado;
- (v) Adequação de pista central;
- (vi) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR;
- (vii) Pavimento;
- (viii) Sinalização horizontal;
- (ix) Elementos de proteção e segurança;
- (x) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (xi) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var%1T15/4T14	Var%1T15/1T14
AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	6.898	7.572	7.245	-8,9%	-4,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
	(em R\$ Mil)				
	1T15	4T14	1T14	Var%1T15/4T14	Var%1T15/1T14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	73.058	97.773	58.320	-25,3%	25,3%
Receitas de pedágio	28.283	29.056	27.545	-2,7%	2,7%
Receitas de obras	44.738	68.232	30.765	-34,4%	45,4%
Receitas acessórias	37	485	10	-92,4%	270,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.450)	(2.343)	(2.530)	4,6%	-3,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	70.608	95.430	55.790	-26,0%	26,6%
CUSTOS E DESPESAS	(60.568)	(85.585)	(46.384)	-29,2%	30,6%
Custo dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.185)	(13.996)	(12.035)	-5,8%	9,6%
Custo dos serv. de construção	(44.738)	(68.232)	(30.765)	-34,4%	45,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.612)	(3.377)	(2.201)	-22,7%	18,7%
Remuneração da administração	(232)	(225)	(147)	3,1%	57,8%
Provisão para Manutenção em Rodovia	199	245	(1.260)	-18,8%	-115,8%
EBITDA	10.040	9.845	9.406	2,0%	6,7%
Margem EBITDA	14,2%	10,3%	16,9%		
DEPRECIações, AMORTIZAções E PROVISões	(9.169)	(5.954)	(4.841)	54,0%	89,4%
Depreciação de imobilizado	(70)	(64)	(61)	9,4%	14,8%
Amortização do intangível	(8.654)	(5.444)	(4.334)	59,0%	99,7%
Amortização do diferido	(445)	(446)	(446)	-0,2%	-0,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(9.555)	(6.744)	(7.959)	41,7%	20,1%
Receitas financeiras	2.047	1.930	771	6,1%	165,5%
Despesas financeiras	(11.602)	(8.674)	(8.730)	33,8%	32,9%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(8.684)	(2.853)	(3.394)	204,4%	155,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.870	1.042	1.004	175,4%	185,9%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	2.870	1.042	1.004	175,4%	185,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.814)	(1.811)	(2.390)	221,0%	143,3%
EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var%1T15/4T14	Var%1T15/1T14
EBITDA	10.040	9.845	9.406	2,0%	6,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(199)	(245)	1.260	-18,8%	-115,8%
EBITDA Ajustado ¹	9.841	9.600	10.666	2,5%	-7,7%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Peschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de março de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$32.920 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2015, os montantes de R\$398.378 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$253.754 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas**3. BASE PARA PREPARAÇÃO**

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	-	5.220
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	5.084
Efeito do ajuste a valor presente	-	(136)
 <u>Não circulantes</u>	 <u>31.03.2014</u>	 <u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	5.220	-
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	4.441	-
Efeito do ajuste a valor presente	(779)	-
 Provisão para manutenção em rodovias - real	 38.578	 38.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	34.580	34.013
Efeito do ajuste a valor presente	(3.998)	(4.338)

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	862	479
Aplicações financeiras (*)	8.033	7.573
Total	<u>8.895</u>	<u>8.052</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	1.631	2.292
Debêntures compromissadas	6.402	370
Fundos de investimentos	-	4.911
Total	<u>8.033</u>	<u>7.573</u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,31% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas

Notas Explicativas

em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	4.841	5.307
Cartões de pedágio a receber	441	275
Receitas acessórias a receber	73	59
Total	<u>5.355</u>	<u>5.641</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	34.561	25.844
Provisão de participação nos lucros	534	1.095
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	376	364
Provisão para manutenção	34.580	34.013
Ajuste dos encargos financeiros	516	1.159
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referente a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(25.143)	(25.143)
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização do saldo de mudança de prática	348	-
Base de cálculo	<u>45.838</u>	<u>37.398</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>15.585</u>	<u>12.715</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Ativo não circulante

2016 (após março)	495
2017	688
2018	717
2019	747
A partir de 2020	12.938
	<u>15.585</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2015 o saldo é de R\$9.067 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$8.251, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,71% da variação do CDI.

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	678	394	183	364	786	-	2.405
Adições	-	11	-	14	132	-	157
Saldo em 31.03.2015	678	405	183	378	918	-	2.562
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(276)	(264)	(129)	(102)	(245)	-	(1.016)
Depreciações	(15)	(15)	(9)	(11)	(20)	-	(70)
Saldo em 31.03.2015	(291)	(279)	(138)	(113)	(265)	-	(1.086)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	402	130	54	262	541	-	1.389
Saldo em 31.03.2015	387	126	45	265	653	-	1.476
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	20	4	10	-	

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços		Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
	(a)	Software			
Saldo em 31.12.2014	648.839	792	154.947	27	804.605
Adições	493	-	46.284	10	46.787
Transferências/Reclassificações	41.908	-	(41.881)	(27)	-
Saldo em 31.03.2015	<u>691.240</u>	<u>792</u>	<u>159.350</u>	<u>10</u>	<u>851.392</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(56.903)	(450)	-	-	(57.353)
Amortizações	(8.632)	(22)	-	-	(8.654)
Saldo em 31.03.2015	<u>(65.535)</u>	<u>(472)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(66.007)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	<u>591.936</u>	<u>342</u>	<u>154.947</u>	<u>27</u>	<u>747.252</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>625.705</u>	<u>320</u>	<u>159.350</u>	<u>10</u>	<u>785.385</u>
Taxas anuais de amortização - %	3,54	20	-	-	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(11.010)</u>	<u>(10.565)</u>
	<u>6.822</u>	<u>7.267</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	Dezembro/2025	19.051	18.030
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	Dezembro/2025	283.359	285.878
Total			<u>302.410</u>	<u>303.908</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016 (após março)	16.699
2017	23.851
2018	23.757
2019	27.816
A partir de 2020	191.236
	<u>283.359</u>

Em 31 de março de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	16.516	-	16.011	-
Custo de transação				(6)	(191)	(12)	(167)
Total				<u>16.510</u>	<u>(191)</u>	<u>15.999</u>	<u>(167)</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 4 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão	04.10.2013	13.910	08.10.2013	13.910

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

Em [31 de março de 2015], a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em [31 de março de 2015], o saldo de [R\$12.448 (R\$21.226 em [31 de dezembro de 2014]) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	-	450
Total	-	450
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (e)	51.251	16.823
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	276	332
Fornecedores partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	21.268	12.254
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	4.034	2.521
Autopista Regis Bittencourt S/A	-	4
Total	25.302	14.779
Total	<u>25.578</u>	<u>15.111</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos e debêntures:		
Mútuos – Arteris S.A. (e)	163.847	160.075
Debentures – Arteris S.A. (d)	8.004	-
Total	171.851	160.075
Total		

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2014</u>
	Despesas	Despesas	Despesas	Despesas	Despesas
Conservação da rodovia (b)	financeiras (d)(e)	gerais (a)	da rodovia (b)	financeiras (d)(e)	gerais (a)
Contas de Resultado:					
Arteris S.A.	-	5.943	(529)	-	(4.437)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(385)	-	-	(417)	-
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	-	-	-
Autopista Regis Bittencourt S.A.	-	-	(3)	-	-
Total	<u>(385)</u>	<u>5.943</u>	<u>(532)</u>	<u>(417)</u>	<u>(4.437)</u>

- (a) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.

Notas Explicativas

- (d) 3ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread de 1,4% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2015	31.12.2014
29.09.2008	Agosto de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.554	5.209
27.11.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	9.024	8.464
19.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	11.107	10.417
28.01.2013	Janeiro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	5.668	4.847
19.04.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	7.255	6.123
27.09.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	3.303	2.678
30.12.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.770	2.160
26.01.2015	Maio de 2015	CDI + 1,7% a.a.	13.000	231	-
19.02.2015	Maio de 2015	CDI + 1,7% a.a.	15.000	171	-
20.03.2015	Abril de 2015	CDI + 1,7% a.a.	5.000	15	-
			<u>170.000</u>	<u>45.098</u>	<u>39.898</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$232 (R\$147 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$ 534 e R\$1.095.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	289	29	-	(37)	281
Trabalhistas	75	123	(5)	(98)	95
Total	<u>364</u>	<u>152</u>	<u>(5)</u>	<u>(135)</u>	<u>376</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$69 e R\$0, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015, e R\$1 e R\$15, respectivamente em 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$17.989 classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	5.084	-	34.013
Reversões	-	-	(199)
Utilizações	-	-	-
Transferências	(5.084)	5.084	-
Ajuste a valor presente	-	(643)	766
Saldos em 31.03.2015	-	4.441	34.580

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$247.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u> 31.03.2015	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	242.629.494	242.629.494	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	28.283	27.545
Receita de serviços de construção	44.738	30.765
Outras receitas	37	10
	<u>73.058</u>	<u>58.320</u>

Notas Explicativas

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	73.058	58.320
ISSQN	(1.415)	(1.378)
PIS	(184)	(180)
COFINS	(851)	(829)
Receita líquida	<u>70.608</u>	<u>55.933</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.297)	(1.351)
Serviços de terceiros	(370)	(288)
Manutenção de bens e conservação	(14)	(31)
Depreciação / Amortização	(209)	(193)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(147)	297
Seguros / Garantias	-	(6)
Consumo	(133)	(159)
Transportes	(59)	(49)
Despesas com comunicação e marketing	(56)	(88)
Outros	(536)	(526)
Total	<u>(2.821)</u>	<u>(2.394)</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços de construção	(44.738)	(30.765)
Com pessoal	(1.822)	(1.808)
Serviços de terceiros	(5.084)	(4.931)
Conservação	(3.548)	(3.111)
Manutenção e conservação de imóveis	(188)	(111)
Consumo	(563)	(402)
Transportes	(464)	(252)
Verba de fiscalização	(696)	(647)
Seguros / Garantias	(525)	(533)
Provisão de manutenção em rodovia	199	(1.260)
Depreciação / Amortização	(8.960)	(4.648)
Outros	(295)	(240)
Total	<u>(66.684)</u>	<u>(48.708)</u>

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros Ativos	1.000	-
Aplicações financeiras	400	757
Ajuste a valor presente	643	-
Outras receitas	4	14
Total	<u>2.047</u>	<u>771</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(10.546)	(8.187)
Ajuste a valor presente	(766)	(307)
Outras despesas	(290)	(236)
Total	<u>(11.602)</u>	<u>(8.730)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	3.388	2.140
Juros capitalizados	2.049	1.094

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.684)	(3.251)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	2.953	1.105
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(83)	(101)
Crédito contabilizada	<u>2.870</u>	<u>1.004</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	-

Notas Explicativas

Diferidos	<u>2.870</u>	<u>1.004</u>
-----------	--------------	--------------

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Prejuízo do período	(5.814)	(2.247)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>242.629</u>	<u>167.151</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0240)</u>	<u>(0,01344)</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Notas ExplicativasValor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Nível (*)	<u>31.03.2015</u> Empréstimos recebíveis	<u>31.12.2014</u> Empréstimos recebíveis
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	862	479
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	8.033	7.573
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	9.067	8.251
Contas a receber	Nível 1	5.355	5.641
Partes relacionadas	Nível 1	-	450
Outras contas a receber	Nível 1	184	252
		<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	Nível (*)	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
<u>Passivos</u>			
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	19.380	26.956
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	302.410	303.908
Debêntures	Nível 2	16.319	15.832
Partes relacionadas	Nível 1	248.680	192.009
Taxa de fiscalização	Nível 1	232	224
Outras contas a pagar	Nível 1	716	277

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Notas Explicativas

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer (*)	(21.043)	(25.607)	(16.437)	(30.128)
Receita de aplicações financeiras	2.047	2.559	1.535	3.071
TJLP	5,50%	6,88%	4,13%	8,25%
Juros a incorrer (*)	(22.996)	(23.286)	(22.703)	(23.257)
Juros a incorrer líquido (*)	(41.992)	(46.334)	(37.605)	(50.314)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$ 4.841 (R\$5.307 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - a.a.	2015 (após Março)	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures	11,19%	17.171	-	-	-	-	17.171
BNDÉS	7,58%	9.279	37.108	40.600	40.600	295.986	423.573
Total		26.450	37.108	40.600	40.600	295.986	440.744

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	50.640

(*) Por sinistro

27. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 8 de abril de 2015 a Sociedade concluiu a operação da segunda emissão de debêntures simples que será realizada em série única. Os referidos títulos têm como data de emissão o dia 15 de dezembro de 2014, com valor total da emissão será de R\$100.000 (cem milhões de reais), sendo emitidas 10.000 (dez mil) debêntures. As debêntures serão da espécie subordinada, não contando com garantias reais ou fidejussórias. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade. A presente escritura de emissão representa a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, onde os referidos títulos serão remunerados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais taxa de juros de 1,7% ao ano. As Debêntures terão prazo de vigência de 11 (onze) anos, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2025.

No dia 14 de maio de 2015 a Sociedade obteve a 1ª liberação dos Sub-céditos “D1”, Sub-céditos “D2”, Sub-céditos “D1 - IPCA” e Sub-céditos “D2 - IPCA” no valor de R\$36.952 (trinta e seis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil reais), referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para março de 2027 e taxas de juros de 2,62% + TJLP a.a., 2,62% + IPCA a.a. e TJLP. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2015 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio Negro, 13 de maio de 2015

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Rio Negro, 13 de maio de 2015

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro